Leituras
Também há mulheres filósofas de Luísa Ribeiro Ferreira (org.) 139
A. Rosa Macedo

Recensões
Entre a Casa e a Caixa de Sofia Alexandra Cruz 163
Albertina Jordão

Vozes Insubmissas de Isabel do Carmo e Lígia Amâncio 165
Waldecíria Costa

Indisciplinar a Teoria, Estudos Gays, Lésbicos e Queer de António Fernando Cascais 168
Carmo Marques

Fecundidade e Contracepção. Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas de Ana Nunes de Almeida (coord.) 170
Isabel Dias

Notícias 175
Abstracts/Résumés 187
Normas para apresentação de artigos 195
Proposta de assinatura 197

EDITORIAL

Conceição Nogueira

O título desta publicação *Polifonias na Investigação em torno dos Estudos sobre as Mulheres* pretende mostrar como o domínio dos Estudos sobre as Mulheres, Estudos de Género e/ou Estudos Feministas se constituem, no presente, como vozes múltiplas, mas de modo nenhum divergentes nos seus objectivos fundamentais. Os Estudos sobre as Mulheres são difíceis de definir, parte por causa da diversidade do pensamento feminista e das posições feministas mas também porque não têm paralelo directo e claro com outros temas (Robinson, 1997).

O domínio dos «Women's Studies» tem crescido nos últimos anos de forma considerável[1]. Como área formal de estudo surgiu nos EUA no fim dos anos 60. Em Inglaterra, as mulheres envolvidas com a esquerda política e com os movimentos dos anos 60 e 70 iniciaram cursos nas universidades[2] e em contextos de Educação de Adultos[3]. Segundo Easton (1996) os Estudos sobre as Mulheres são em si mesmos uma parte vital do feminismo.

Apesar de ser um domínio novo nas ciências sociais em Portugal, e mesmo minoritário ou controverso na maioria das Universidades, os Estudos sobre as Mulheres constituem já uma referência no contexto nacional e isso não pode nem deve ser descurado. Relembramos a este propósito que nos n.os 5 e 6 da *ex aequo* sobre *A Construção dos Estudos Sobre as Mulheres em Portugal* se pode apreciar a quantidade e qualidade do trabalho nacional neste domínio partindo de visões disciplinares distintas. É evidentemente ainda uma área polémica, até porque no seu seio existem algumas controvérsias que geram ambiguidades. Estudos sobre as Mulheres ou Estudos de Género ou Estudos Feministas? O próprio título da publicação demonstra bem as dificuldades de nomeação. Mas as dificuldades nesta clarificação, em vez de empobrecimento têm aumentado a complexidade do debate, o que torna este domínio ainda mais desafiante e enriquecedor.

---

1 Um dado sempre indicativo diz respeito ao número de membros da APA (American Psychological Association). No ano 2000 o número de membros rondava os 160.000 associados. E das 55 divisões a divisão «Sociedade para a Psicologia das Mulheres» era a quinta maior em termos de número de membros.

2 O primeiro curso de mestrado em Estudos sobre as Mulheres foi oferecido na Universidade de Kent em 1980.

3 Foi precisamente neste contexto onde os constrangimentos eram menores que foram levados a cabo diversos tipos de cursos de cariz feminista.

Será legítimo no início do século XXI continuar a falar de estudos e investigação sobre as Mulheres?

Pode parecer paradoxal começar este editorial com uma questão que, em si mesma, pode ser desconstrutiva da categoria central que o constitui e que representa a sua titularização. No entanto, consideramos que esta questão é fundamental e representa o cerne da maioria das questões epistemológicas no seio do feminismo, e que, ao contrário de o fragilizar, tem resultado num enriquecimento de análises teóricas. O facto de não parecer haver apenas uma posição considerada como a mais «acertada» é, em si mesma, uma boa ilustração do próprio domínio. Como poderia uma área tão crítica das «verdades» absolutas, apresentar para si própria «certezas»?

Se nos anos 90 as posições pós-modernas desconstruiram a categoria «mulher», introduzindo as questões das identidades múltiplas (ou para outros de fragmentadas), se introduziram debates relativos às questões da diferença mesmo no seio do feminismo e das mulheres enquanto categoria, é natural que, no início do século XXI, nada esteja claramente definido.

Apesar do debate (que começou nos anos 90) relativo a saber se a prática política feminista e o feminismo académico estão ou não relacionados, esta ligação do mundo académico aos movimentos sociais representou que estes cursos acabaram por ser ao mesmo tempo actos políticos de evidente comprometimento com a mudança social. Tem de ser reconhecido que a insistência feminista na importância da «sororidade», do pessoal ser político, na falsa separação entre o público e o privado, no reconhecimento da opressão comum das mulheres e da sua diversidade em termos de «raça», etnicidade, sexualidade, classe social, idade etc., assim como o reconhecimento da importância das experiências históricas e imediatas das mulheres e a ideia de desenvolvimento de uma consciencialização feminista, são conceitos centrais aos movimentos das mulheres e começaram a inspirar o desenvolvimento dos Estudos sobre as Mulheres nas instituições[4].

Porquê fazer cursos de Estudos sobre as Mulheres? Para quê a investigação em torno dos Estudos sobre as Mulheres? A histórica não contada das mulheres acerca da sua opressão, sobrevivência e conquistas, a contínua subtileza dessa opressão até aos dias de hoje, a questão central de que, longe de ser considerado «natural», este estado das coisas é socialmente construído e finalmente, a necessidade de consciencialização para a activação da mudança social, podem considerar-se as razões mais evidentes (Easton, 1996).

Conforme Robinson (1997) podem-se enumerar um conjunto de configurações sobre o modo como os Estudos sobre as Mulheres se posicionam:

4 Se bem que algumas destas ideias, tais como as de uma sororidade (sisterhood) universal, o uso da categoria «mulher» ou a noção simplista de diferença e diversidade têm sido altamente desafiados e inspiram debates contemporâneos dentro do próprio domínio dos Estudos sobre as Mulheres.

- não representam um corpo de conhecimentos que simplesmente se acrescenta aos assuntos já existentes sem os alterar;
- são interdisciplinares;
- admitem de forma aberta e afirmam o seu carácter intrinsecamente político;
- reconhecem o valor das experiências pessoais vividas das mulheres, as suas competências e consciência acumulada, através da interacção social quotidiana. Contudo, apesar de se dar um enfoque especial às experiências vividas, é necessário analisar criticamente e reflectir de forma a transformar a construção do conhecimento. Além disso, é necessário ter presente que essas experiências não são necessariamente individualistas. O que é subjectivo é também colectivo e partilhado; faz parte do mundo social e das instituições sociais e económicas, da linguagem e de outras práticas culturais, e é um processo contínuo através do qual se dá sentido e significado a si próprio/a e ao lugar que se ocupa na ordem social.
- falam de mulheres e não da Mulher. As estruturas sociais patriarcais frequentemente tratam as mulheres como um categoria unitária, mas os Estudos sobre as Mulheres aprenderam a reconhecer e a examinar as diferenças entre as mulheres, para perceber a fluidez da identidade feminina e para rejeitar a ideia que todas as mulheres são essencialmente o mesmo. Se a «mulher» não pode ser considerada como uma categoria unitária, a questão central tem sido e continua a ser introduzir as perspectivas da diferença. Os Estudos sobre as Mulheres começaram nos anos 90 a reconhecer a necessidade de trabalhar criativamente com o conceito da diferença entre as mulheres e isso continua a ser fundamental, em termos da teorização feminista.
- suportam-se na tentativa das pesquisadoras feministas de não tratar os seus sujeitos de pesquisa como objectos inferiores, do ponto de vista do poder. Conhecedor e conhecido pertencem ao mesmo universo e só se ganha tendo isso em consideração. Igualdade e cooperação são necessárias na pesquisa.
- dão especial importância às questões da Teoria. Apesar de frequentemente criticadas por apresentarem teorias complexas, os debates e a teorização têm sido o que de mais fundamental as perspectivas feministas têm trazido à ciência de uma forma geral.

Assim, os Estudos sobre as Mulheres são uma área em desenvolvimento, fluida e dinâmica que está relacionada e conectada com o movimento de mulheres, e com a sua pluralidade de posições políticas e objectivos. É também um acto político contra o falocentrismo dos «fazedores» do conhecimento, ironicamente dentro dos próprios muros da academia, mas tentando transformar e fazer transformações através das perspectivas feministas (Robinson, 1997).

Os Estudos sobre as Mulheres envolvem a desconstrução das disciplinas

tradicionais em termos daquilo que é considerado o objecto e a forma como se lhe pode aceder. Apesar de muitas condições hostis, os cursos de Estudos sobre as Mulheres têm-se disseminado pelo mundo fora, com mais ou menos luta em termos institucionais.

Se inicialmente os Estudos sobre as Mulheres contestaram o conhecimento androcêntrico, «cego» relativamente ao género e enviesado, acabaram por desenvolver os seus próprios temas e metodologias de forma a contra-atacar essa situação. Todo este desenvolvimento e percurso de crítica, desconstrução e (re)construção implicou a emergência da importância da reflexividade, autoconsciência e autocrítica que caracterizam os Estudos sobre as Mulheres desde os anos 90. Apesar da existência de alguma incompreensão, dificuldade de financiamento e pouco conhecimento sobre o que significam, os Estudos sobre as Mulheres estão gradualmente a ganhar respeitabilidade académica e estatuto dentro das universidades, o que se traduz em novos mestrados, disciplinas, e integração nos currículos (Robinson, 1997).

E é precisamente do resultado dessa crescente respeitabilidade académica e da qualidade da investigação produzida, que dá conta este número da revista.

Crentes nesta situação, lançamos um repto para recepção de artigos sobre a questão «Estudos de Mulheres, Estudos de Género, Estudos Feministas». A qualidade, aliada à diversidade de temas e de áreas disciplinares aqui exposta, representa a resposta a esse repto e de algum modo ilustra bem as diferentes características dos Estudos sobre as Mulheres atrás enunciadas.

Assim, este número é composto por oito artigos, uma leitura crítica, quatro recensões e algumas notícias de interesse para as/os associadas/os.

No primeiro artigo, *Cidadania polifónica e a (in)justiça para as mulheres*, a autora Helena Machado analisando as práticas judiciais especificamente no que diz respeito á investigação de paternidade, demonstra como os enviesamentos de género associados à interligação de classe e de estatuto económico e laboral constituem ainda graves impedimentos a uma cidadania plena para as mulheres, consubstanciando-se em práticas sexistas por parte do Estado. Como ela própria refere «estará garantida a democraticidade (...)? Em que moldes se realizará o acesso aos «tribunais virtuais» da parte dos potencialmente «info-excluídos» – nomeadamente das mulheres mais desapossadas em termos culturais e económicos – quando sabemos que são também estas as que têm mais dificuldade em aceder à justiça nos moldes tradicionais?»

Eunice Macedo, partindo de uma investigação realizada com jovens da classe média-alta e alta do ensino secundário de uma escola internacional interroga-se como o processo educativo específico dessa escola se pode repercutir nas práticas de cidadania. Em *(Des)caminhos da Cidadania? Da (in)visibilização do género na educação*, a autora assume uma posição controversa ao referir que estes jovens, sendo altamente privilegiados em termos económicos e culturais, são sujeitos a formas de «opressão estrutural sistémica» que lhes restringe a possibilidade de construção de alternativas de resistência ao socialmente instituído, o que por sua

vez lhes pode limitar práticas de cidadania activas e transformadoras, particularmente em termos de Género.

No artigo *Mulheres sem terra (Brasil) e mulheres da Serra do Caldeirão (Portugal): lutas, solidariedades e diálogos possíveis* de Allene Carvalho Lage a autora pretende dar voz às mulheres no mundo rural, às suas histórias e experiências de rompimento com a subalternidade e discriminação típicas de sociedades camponesas inerentemente patriarcais. Assume as lutas das mulheres rurais como lutas de cidadania. Baseia-se em vivência pessoal de investigação no terreno em Portugal e no Brasil, e centra-se na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos sobre a importância dos movimentos sociais e a sociologia das ausências. Como ela própria refere no resumo «este artigo pretende reflectir, a partir das experiências destas mulheres – de suas lutas e solidariedades –, sobre os caminhos dos reconhecimentos e das formas de cidadania, aproximando os diálogos possíveis – de encontros ainda impossíveis – na tentativa de dar voz e visibilidade a estas mulheres e aprender com suas histórias que romperam a subalternidade e transformaram as sociedades onde vivem em sociedades mais democráticas».

No artigo *No argumento da estranheza, o desejo das imperfeições: compromissos de raparigas na escola* de Sofia Marques da Silva podemos seguir três figuras femininas que, num território adverso, neste caso a Escola, palco de exclusões várias e *generizadas*, vão criando formas de resistência, tentando conquistar um lugar para si e para o seu futuro. Como lutam para a inclusão? A autora refere «Interessa compreender como é que estas raparigas falam das formas culturais e sociais em que se encontram inseridas, perspectivando estratégias de narrativa de si e de composição da sua acção que lhes permitia a criação de alternativas positivas nos processos e percursos educativos e, posteriormente, profissionais».

A autora Manuela Ribeiro, no seu artigo *Prostituição feminina em regiões de fronteira: os caminhos comprovadamente difíceis da investigação sobre mulheres de vida pretensamente fácil*, refere e analisa um conjunto de questões que estão associadas a este tema, especificamente as dificuldades e riscos da investigação neste domínio. Dos preconceitos acerca das prostitutas passa-se frequentemente para a subvalorização do tema e dos seus investigadores. Não bastando a desvalorização, o acesso e a «permissão» e concordância dos empresários para aceder às mulheres são também questões difíceis. No entanto, como a própria autora refere, são estas dificuldades e riscos que constituem uma das mais «significativas e interessantes matérias para análise e reflexão».

No *artigo Reflexões acerca da conciliação entre a vida familiar e profissional: o projecto Famwork* de Anne Marie Fontaine, Cláudia Andrade, Marisa Matias, Jorge Gato e Marina Mendonça, a equipa de investigação pretende dar a conhecer o projecto inserido na temática da conciliação entre a vida familiar e profissional, os seus objectivos, metodologias e alguns comentários conclusivos. Pretendendo caracterizar as diferentes modalidades de conciliação familiar e profissional, adoptadas por famílias de duplo rendimento com filhos pequenos, visam analisar o efeito de um conjunto de variáveis (individuais e relacionais) no modo

como homens e mulheres avaliam, geram e conciliam a vida familiar e profissional. O carácter intercultural do projecto (congrega equipas de vários países europeus) e o recurso a metodologias de automonitorização, são elementos distintivos e inovadores num projecto desta natureza.

Andrea Peniche, ao problematizar a temática da proibição do aborto em Portugal, insere-a numa reflexão mais vasta acerca da ideologia societal patriarcal onde o direito ao corpo e especificamente ao corpo das mulheres é um direito não assumido nem cumprido. *Superando a perspectiva do corpo como campo de batalha: dimensionar o aborto no campo dos direitos*, dá bem conta do posicionamento teórico da autora que analisa o controlo da sexualidade das mulheres como uma arma de dominação e da regulação conservadoras. Reconhecendo o conceito de patriarcado, mas ao mesmo tempo recusando a assunção da categoria Mulher como referente homogéneo, busca em Iris Young os referenciais teóricos para assumir a necessidade de um colectivo social e em Nancy Fraser uma possibilidade de solução alternativa.

No artigo *Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social*, as autoras Sofia Neves e Conceição Nogueira, inseridas numa postura epistemológica claramente antipositivista e essencialmente crítica na psicologia e na psicologia social em particular, mostram como é possível assumir os pressupostos básicos das perspectivas críticas e, dentro destas, as perspectivas feministas, ao serviço da prática e da investigação em Psicologia. Depois de uma breve alusão a este enquadramento epistemológico alternativo, centram-se em questões de ligação entre as perspectivas feministas de ciência e as metodologias de investigação, assumindo claramente a importância e o papel capital da Ideologia.

Amélia Rosa Macedo, ao fazer a leitura crítica do livro *Também há Mulheres Filósofas* de Maria Luísa Ribeiro Ferreira, começa por referir a existência de outras vozes na filosofia, que não apenas a masculina. Daí que o livro se constitua num espaço de concentração de algumas investigações realizadas, na difusão de alguns legados, do espaço para novas vozes e novos olhares, dos «sentires do feminino». Segundo Amélia R. Macedo «Em *Também há Mulheres Filósofas*» há, desde o início, um convite expresso para a entrada num amplo debate mátrio, onde, à revelia do masculino ou em pontuais referências inspiradoras, se postula o forte desejo de estar ou de ser presente, igualmente presente». E termina «claro que também há outras mulheres filósofas (...) que existem noutros locais, partilham outras culturas (...), enfim, pessoas, no feminino».

As quatro recensões que se apresentam no final constituem mais uma possibilidade de visibilidade para quatro obras fundamentais no panorama português. Refiro-me ao livro *Entre a Casa e a Caixa* de Sofia Alexandra Cruz, *Vozes Insubmissas* de Isabel do Carmo e Lígia Amâncio, *Indisciplinar a teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, de António Fernando Cascais e *Fecundidade e contracepção* de Ana Nunes de Almeida.

É nosso desejo que a leitura deste número possa despoletar ainda mais interesse pelo domínio. Como dizem Mary Crawford e Rhoda Unger na terceira edição (2000) do seu livro *Women and gender. A feminist psychology* «This is an exciting time for students to begin their study of women and gender, and an exciting time to be teaching in this dynamic field» (p, xv).

Referências bibliográficas

Crawford, Mary; Unger, Rhoda (2000), «Women and gender: a feminist psychology», *The Meanings of Difference*, Boston, McGraw Hill.

Easton, Alison (1996), «Introduction. What is Women's Studies?», in Cosslett, T.; Easton, A.; Summerfield, P. (Edts), *Women, Power and Resistance. An Introduction to Women's Studies*, pp. 1-9, Buckingham, Open University Press.

Robinson, Victoria (1997), «Introducing Women's Studies», in Robinson, V.; Richardson, D. (Edts), *Introducing Women's Studies*, pp. 1-26, London, MacMillan Press Lda.